

O TURISMO INDÍGENA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O EMPODERAMENTO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO POVO PARESÍ, UTIARITI/MT.

Ronie Peterson Silvestre

Dr^a Rosislene de Fátima Fontana (Orientadora) - UNIOESTE

1 INTRODUÇÃO

O Turismo indígena tem sido considerado uma alternativa para tentar resolver dois dilemas: o modo precário e até mesmo a pobreza vivida em muitas aldeias indígenas e a pressão sobre os seus territórios para todo o tipo de exploração predatória. O Turismo indígena vai muito além da noção de oferta turística em seus territórios. Para González (2008) é uma composição participativa de etnias que visa oferecer serviços turísticos aos visitantes de forma crítica e responsável, em mutualidade com a natureza e com a sua identidade cultural. O Turismo indígena pode ser a única atividade geradora de renda cuja preservação das florestas e a valorização de toda a cultura indígena seja realmente indissociável.

Contudo, são diversos os estudos que demonstram os efeitos negativos da atividade turística em territórios indígenas, como a mercantilização da cultura e a alienação da atividade e da renda proveniente do turismo. Outrossim, a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida dos indígenas também são deterioradas ao longo do tempo quando esses ficam sem o controle da atividade, ou seja, quando perdem empoderamento. É de suma importância que os indígenas sejam os protagonistas da atividade. Nesse sentido, este projeto se propõe a analisar o grau de empoderamento de comunidades indígenas na Amazônia que praticam o turismo em seus territórios. O estudo será realizado na terra indígena Utiariti, localizada nas cidades de Campo Novo dos Parecis e Sapezal, estado do Mato Grosso. A terra é habitada pelo povo Paresí, que é precursora da atividade turística na região.

A proposta é relevante uma vez que poderá revelar práticas e ideias importantes para a implantação da atividade em outras comunidades, principalmente na região amazônica. Os povos participantes da pesquisa poderão tomar consciência de suas fragilidades e agir a tempo

de saná-las. Novos modelos de planejamento, coordenação e monitoramento adaptado ao Turismo de base comunitária poderão ser desenvolvidos.

Além do mais, as regiões mais ao norte do país possuem um dos piores índices de saneamento, alfabetização e saúde. Em relação ao desenvolvimento de pesquisas, a Amazônia é a região com o menor número de doutores. São poucos os estudos sobre o Turismo Indígena na região por mais que existam centenas de povos vivendo aqui e que necessitam resgatar seus valores sócios culturais e viver com dignidade. É necessária a realização de pesquisas científicas e estratégias governamentais que visem conhecer melhor suas realidades e que propiciem a melhoria da qualidade de vida de suas populações. Contudo, essas estratégias, inclusive de transferências tecnológicas, deverão estar atreladas ao desenvolvimento rural sustentável, considerando que o bioma amazônico é bastante sensível e dele dependem diversos povos.

2PROBLEMATIZAÇÃO

A Amazônia, em âmbitos diversos, talvez seja a região mais desconhecida do país, uma vez que, além de sua extensão territorial, possui um rico universo relacionado à biodiversidade e um abundante número de povos tradicionais que precisam ser valorizados e respeitados (BECKER, 1991). Os povos indígenas, em especial, são responsáveis pela diversidade bio-cultural mundial. Eles representam 5% da população mundial, possuem 80% da diversidade cultural do planeta, conservam 80% da biodiversidade do mundo em seus territórios, cultivam 65% das espécies vegetais consumidas no mundo e produzem 60% dos medicamentos a base de plantas (MALDONADO, 2009).

Entretanto, esse grupo sofre historicamente de todo tipo de exploração, violência e imposição dos não-índios. Seus territórios sempre foram centros de disputas e suas territorialidades ignoradas, tendo como lente, a hegemonia da cultura ocidental que, com uma mão lhes impõem crenças e valores do homem moderno e com a outra lhes nega os benefícios contidos nas cidades. O seu cobiçado território para a exploração agropecuária, extração de madeira, extração mineral e até de petróleo como acontece no Equador, tem levado os povos indígenas a uma constante guerra em defesa desses. Os povos indígenas, vão sendo arrancados simultaneamente tanto por invasões armadas, como por vias políticas buscando diminuir suas reservas a partir da mudança nas leis. O desrespeito às culturas e subjetividades indígenas com

a sua relação com o território, também é, ao mesmo tempo, um desprezo pelo indefeso, pelo meio ambiente, pela biodiversidade, pelo clima e por todas as comunidades tradicionais (PINTO, 1917; STRAUSS, 1996; SILVA, 2010; ZONIN et al, 2017).

Com a finalidade de manter a integridade de seus territórios ancestrais, de garantir a perpetuação de suas culturas diversas, crenças e saberes, de conservar os ambientes naturais, além de obter renda a fim de propiciar qualidade de vida digna às comunidades, muitos povos indígenas em diversos países tem implantado a atividade turística em seus territórios. Contudo, o planejamento e a operacionalização do turismo condicionam as comunidades à atuação conjunta com outros atores, em uma rede muitas vezes complexa. As parcerias objetivam a entrega adequada dos serviços turísticos aos clientes, pois os recursos existentes nos destinos não são, por si mesmos, capazes de gerar atratividade e sustentabilidade à atividade (RUSCHMANN, 1997; ARENHART; FONTANA, 2019). Contudo, essa relação entre os próprios turistas, agências turísticas, governo, pousadas, guias turísticos e, entre outros, a própria comunidade indígena, pode excluir os últimos do controle de suas próprias atividades e preferências, ocasionando alienações da renda advinda do turismo, perturbações em seu modo peculiar de viver, falta de liberdade e desrespeito ao meio ambiente. Diante disso, esse projeto é norteador pela seguinte questão: Como a prática do turismo indígena pelas comunidades indígenas do povo Paresí, Utiariti/MT, tem contribuído para o seu empoderamento?

3 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

3.1 Objetivo Geral

Investigar como a prática do turismo indígena das comunidades indígenas do povo Paresí, Utiariti/MT contribuem para o seu empoderamento.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever sobre o turismo indígena no Brasil;
- b) Caracterizar os serviços e produtos turísticos ofertados pelas comunidades ou em seus territórios, bem como as atividades executadas pelos indígenas;
- c) Identificar e analisar o papel dos atores externos envolvidos na atividade;
- d) Detectar o quanto o turismo indígena está gerando empoderamento das comunidades indígenas que o praticam.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A questão do Desenvolvimento

A noção de crescimento econômico é entendida por diversos pesquisadores como incapaz de propiciar melhoria de vida a toda a população em relação aos aspectos de saúde, educação, moradia, alimentação, lazer, entre outros. Pelo contrário, se, por um lado, o crescimento econômico aumenta o Produto Interno Bruto (PIB) dos países, por outro, evidencia-se a exclusão social e econômica de uma grande parcela da população, via uma inadequada distribuição de renda (FURTADO, 1983).

O termo “desenvolvimento” passa então a ser entendido como um patamar mais abrangente do que poderia ser considerado uma nação verdadeiramente próspera. Uma localidade desenvolvida deve apresentar indicadores que realmente satisfaçam as necessidades humanas e sociais de sua população, além da melhoria dos indicadores econômicos (VEIGA, 2010; BELLEN, 2006). Nos anos 1990, o entendimento do que deveria ser considerado um país desenvolvido passa a ser mais abrangente quando inclui a variável ambiental, além das variáveis econômicas e sociais. Compreende-se que os recursos naturais são finitos e, portanto, devem ser utilizados pensando nas futuras gerações. O desenvolvimento, então, deveria ser sustentável (SACHS, 2004). Percebe-se que os avanços quanto aos conceitos mais abrangentes de “crescimento” e de “desenvolvimento” passam a ser direcionados para as especificidades do campo também.

Desenvolvimento Rural Sustentável

A partir do processo de industrialização no Brasil, por volta dos anos 50, começou a ocorrer o esvaziamento das populações do campo, que migraram em direção aos grandes centros. O país vivia a ânsia do crescimento econômico que deveria vir por meio da substituição das importações, possuindo fábricas nacionais. De fato, as cidades cresceram muito e se tornaram um lugar de oportunidade, de emprego, de renda e que prometia prosperidade. Mesmo tardio, o processo de industrialização ocorreu no país e trouxe consequências negativas não muito diferentes do que ocorrera em outros lugares. A industrialização e o êxodo rural redesenharam o que seria a cidade e o campo e modificaram, inclusive, as aspirações dos indivíduos, os sistemas sociais, a economia e o meio ambiente (FURTADO 1983; VEIGA, 2012).

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

PROJETO METODOLÓGICO CONSÓRCIO METODOLÓGICO

A iminente necessidade de produtividade para suprir a demanda de toda uma nação não demorou a chegar ao meio rural. A economia de escala só era possível com o uso intensivo de tecnologias, investimento em pesquisas, áreas agrícolas em grandes proporções e concentração dos recursos em um único negócio, a monocultura. Se, por um lado, as indústrias das cidades atraíam cada vez mais pessoas do campo, por outro elas eram também "empurradas" para o meio urbano pelos latifundiários, que compravam suas terras com o pretexto de torná-las mais produtivas e lucrativas (FURTADO 1983; VEIGA, 2012).

Essa dinâmica cidade-campo passa a chamar a atenção de muitos estudiosos e governantes, uma vez que muitos desequilíbrios econômicos e sociais passaram a ser verificados, tanto na cidade, como no campo. De fato, mesmo apresentando especificidades e diferenças espaciais, culturais e ambientais, ambas as regiões também são indissociáveis e interdependentes em relação ao desenvolvimento (VEIGA, 2012; GRAZIANO, 2001; KAGEYAMA, 2004).

O rural de hoje possui uma nova configuração, fruto de diversas transformações ocorridas ao longo dessas últimas seis décadas. Grande parte dessas mudanças é mais bem detalhada no trabalho de Ellis e Biggs (1999 *apud* SILVA, 2007) e Alves (2010). Para esses autores, muitos paradigmas foram modificados até se chegar à noção que se tem do rural nos dias atuais. Eles citam, por exemplo, desde as transformações ocorridas na década de 1950 com a modernização agrícola, até o final do século XX, com a ênfase no processo participativo e o empoderamento das famílias que vivem no campo. Conforme afirmam Ploeg *et al* (2000 *apud* KAGEYAMA, 2004, p. 6):

O paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituído, notadamente na Europa, por um novo paradigma, o do “desenvolvimento rural”, no qual se incluem a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais.

Por conta dessas múltiplas transformações, ainda são muitas as discussões sobre a definição de rural. Contudo, para Kageyama (2004), parece haver certo consenso sobre alguns pontos:

a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental,

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

PROJETO METODOLÓGICO CONSÓRCIO METODOLÓGICO

ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes.

Percebe-se que os avanços quanto aos conceitos mais abrangentes de “crescimento” e de “desenvolvimento” passam a ser direcionados para as especificidades do campo. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de um desenvolvimento rural que contemple as múltiplas funções dessa região e equalize diversas variáveis que podem se apresentar de forma antagônica, como, por exemplo, o aumento da produtividade e a proteção do meio ambiente ou produção por sistemas agroecológicos (ALVES, 2010).

Para Kageyama (2004, p. 383-384), o desenvolvimento rural é entendido como “uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões”. É importante salientar que Abramovay (1999) se contrapõe à ideia de que o mercado, por si só, seja capaz de gerar desenvolvimento às unidades familiares no meio rural. Para as unidades familiares, as políticas públicas são essenciais (ABRAMOVAY, 1999), principalmente para aqueles agricultores mais marginalizados (GEHLEN, 1988 *apud* CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Em linhas mais gerais, o conceito recente de “rural” é marcado pelas seguintes características:

1. O rural é composto por uma população diversificada, que compreende o *agribusiness*, os neo-rurais, os agricultores familiares, os indígenas, os quilombolas e os sem terras (GRAZIANO, 2012; KAGEYAMA, 2004).
2. Quase um terço da população rural trabalha em ocupações não-agrícolas ou pluriativas (GRAZIANO, 2012; BAPTISTA, 2001 *apud* KAGEYAMA, 2004). É importante ressaltar que a não observância desse fenômeno pode ter levado Rocha e Alves (2010 *apud* BUAINAIN, 2013) a afirmar que as pequenas propriedades no Brasil vivem de apenas meio salário mínimo por mês. Eles podem ter chegado a essa conclusão por analisarem unicamente os dados da produção agrícola dessas propriedades.
3. As atividades não-agrícolas estão gerando mais renda que a atividade agrícola e as famílias rurais estão se tornando crescentemente não-agrícolas (GRAZIANO, 2012).

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

PROJETO METODOLÓGICO CONSÓRCIO METODOLÓGICO

4. Apenas os agricultores mais pobres, tido como periféricos, trabalham predominantemente com a agricultura (GRAZIANO, 2012).
5. Apenas as áreas rurais mais próximas das regiões urbanas se beneficiam das ocupações rurais não-agrícolas, ou seja, o desenvolvimento rural depende dos sistemas urbanos (GRAZIANO, 2012; ABRAMOVAY, 2003 *apud* FAVARETO, 2005)

Verifica-se, pelo exposto, que os esforços para o desenvolvimento rural devem abranger o caráter multifuncional do meio rural, que envolve suas funções produtivas, ambientais, ecológicas e sociais (SOUZA; KLEIN, 2019). Conforme afirma Silva (2007, p. 1), "é importante que se busque e se mantenha alta produtividade nas atividades agrícolas, porém, que esta seja conciliada com padrões elevados de qualidade dos produtos, meio ambiente e qualidade de vida das populações". Dentre a população rural, destacam-se as comunidades tradicionais, que na maioria dos casos, possuem condições bem mais restritas à exploração econômica em seus territórios, como é o caso dos ribeirinhos, quilombolas e indígenas.

Nesse sentido, essas comunidades podem lançar mão da multifuncionalidade como estratégia para responder à pobreza, uma vez que elas carregam em sua coletividade, simbologias devido a sua história, costumes, crenças, cultura além de manter uma relação de reciprocidade com o ambiente natural e a biodiversidade de seus territórios. Esses grupos deixam de depender exclusivamente da agricultura ou do cultivo da terra (SCHENEIDER, 2003). A atividade turística é um exemplo dessas atividades não-agrícolas que é capaz de produzir renda via a oferta de recursos intangíveis (GRAZIANO, 2001). Entretanto, a atividade turística em comunidades tradicionais podem exigir condições muito específicas e desafiadoras.

Turismo de Base Comunitária - TBC

O Turismo de base comunitária - TBC contrapõe o modelo de turismo de massa, impessoal, especializado por natureza, desprovido de laços com a cultura e saberes locais, sem compromisso real com o ambiente natural e, acima de tudo, tendo unicamente o lucro como razão maior (ZAUAL, 2009). O TBC vem sendo praticado por indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades rurais ou tradicionais (SAMPAIO et al, 2014; MIELKE E PEGAS, 2013) como resposta a pobreza, porém sem se distanciar de todos os elementos que formam os sítios simbólicos, que são todas as crenças compartilhadas por uma comunidade e

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

PROJETO METODOLÓGICO CONSÓRCIO METODOLÓGICO

que se manifestam em suas questões sociais e econômicas (ZAUAL, 2009; BARTHOLO, 2009). Para Coriolano e Vasconcelos (2013)

As atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas com iniciativas que fortalecem agricultura, pesca e artesanato, fazendo-os atividades preexistentes ao turismo. Prioriza a geração de trabalho de residentes, pequenos empreendimentos, dinamização do capital local, a garantia da participação de todos. Assegura a participação de pessoas de comunidades com o planejamento descentralizado e associativo, luta pela regulamentação fundiária de terras litorâneas, muitas de marinha, pela garantia de posse pelas populações indígenas, pesqueiras, chamadas comunidades nativas.

Para Maldonado (2009), o Turismo de Base Comunitária, ou Turismo Rural Comunitário surge como resposta à quatro fatores: 1) das pressões mundiais do mercado turístico cada vez mais massivo, impessoal e artificial; 2) como meio de superar uma situação de pobreza crônica (SCHEYVENS, 2011); 3) pelo papel relevante que desempenham as pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística nacional; e 4) como estratégias políticas do movimento indígena e rural da região para preservar seus territórios ancestrais – parte essencial do seu patrimônio e base material de sua cultura.

Contudo, o turismo tende interferir nas dinâmicas sócio-ambientais dos receptores, e no caso do TBC é imprescindível que os membros das comunidades envolvidas não se tornem meros “empregados” do *trade* turístico. De fato, sobre o turismo indígena na América Latina Pereiro (2015, p. 23) afirma que “muchas veces sus recursos culturales y naturales han sido mercantilizados y convertidos en atracciones turísticas y su participación y sus beneficios reducidos al mínimo posible”. Diversos pesquisadores indicam que os povos indígenas devem ser os protagonistas da atividade no sentido de fazer prevalecer os laços sociais, a valorização da cultura, da identidade local e o sentimento de pertencimento. O turismo deve ser capaz de gerar, de fato, maior qualidade de vida às comunidades (IRVING, 2009; CANDIOTTO, 2013). “Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (IRVING, 2009, p. 111). Ou ainda, segundo Maldonado (2009, p. 27) a atividade turística nas comunidades tradicionais é a “incorporação aos processos de globalização com sua própria identidade”.

O Turismo de Base Comunitária também se inscreve na perspectiva de desenvolvimento local. A cultura local e o capital social - que envolvem muitos ativos intangíveis – são de fato verificadas como propulsoras do desenvolvimento ao lado da geografia, dos sistemas sociais, dos investimentos em infraestrutura e das inovações (SACHS, 2017). Para Vázquez (2007), o desenvolvimento local deve ser construído a partir dos recursos tangíveis e intangíveis de uma localidade e tem na coletividade, ou capital social, sua principal fonte de mudanças.

Não quer dizer que todas as comunidades tradicionais são completamente capazes de, com suas capacidades endógenas, interligar todos os pontos da complexa cadeia produtiva do Turismo, pelo contrário, muitas comunidades tem lançado mão das parcerias como estratégia a fim de viabilizar a atividade (MALDONADO, 2009). O que está em discussão é que entre toda a rede de fornecedores de bens e serviços, o protagonismo das comunidades seja evidente, manifestando-se sobre suas demandas sociais, sentimento de pertencimento e poder de influência e de decisão (IRVING, 2009).

Turismo indígena

O turismo praticado por indígenas e em seus territórios recebe diversas categorizações como: turismo étnico, etnoturismo, turismo cultural, etnoecoturismo e turismo indígena (PEREIRO, 2013). Entretanto, a partir de diversos encontros indígenas organizados na América Latina, os vários termos empregados deram lugar a um só conceito que, de fato, pudesse conter todos os valores e perspectivas sobre como o turismo praticado pelos indígenas deveria ser (GONZÁLEZ, 2008). O conceito de Turismo indígena emerge então como um conjunto de práticas construídas e selecionadas de forma consciente pelos próprios indígenas, a fim de serem oferecidas aos turistas, sob os preceitos da sustentabilidade (BUTLER E HINCH, 2007; GONZÁLEZ, 2008; PEREIRO, 2013). Esse conceito avança inclusive sobre o entendimento do Etnoturismo cujo produto se restringe à observação dos indígenas em seu estado mais puro (GONZÁLEZ, 2008; PEREIRO, 2013). Para Barretto (2005) existem dois modos de se praticar o etnoturismo, e por extensão o Turismo indígena. O primeiro ela denomina de “zoológicos humanos” por conta da alienação dos indígenas frente à mercantilização de sua cultura. O segundo é quando a comunidade está comprometida com a revitalização de sua cultura e decidem o que querem mostrar aos turistas. É, de alguma forma, uma tradição inventada (BARRETTO, 2005) com o intuito de resguardar a identidade e a

dignidade dos povos anfitriões. Portanto, o Turismo indígena possui, sucintamente, as seguintes particularidades pactuadas na Oficina da Red Indígena de Turismo de México - RITA (2007 *apud* González, 2008):

- Propicia a apreciação da natureza e da cultura de seus anfitriões, bem como a conservação dos recursos naturais e a diversidade biológica e cultural;
- Minimiza os impactos culturais e naturais;
- Diferencia-se pela sua dimensão humana e cultural;
- Busca prestar serviços de qualidade, competitivos e sustentáveis sem perder sua identidade cultural;
- Esperam que as comunidades tenham qualidade de vida digna;
- É uma organização empresarial de autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, alicerçados pelas práticas democráticas e solidárias de trabalho para a distribuição dos benefícios gerados e;
- Propiciam uma atividade solidária, ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável;

Verifica-se, portanto, que o controle da atividade turística pelos indígenas é um fator chave que determina fatores críticos como a escala, o ritmo, a natureza e os resultados do desenvolvimento.

Empoderamento das comunidades em relação à atividade turística

Uma análise da produção científica internacional sobre turismo indígena de 1990 a 2013 realizada por Brandão e Barbieri (2014) identificou que foram poucos os artigos que abordaram o tema empoderamento das comunidades indígenas. Do ponto de vista do desenvolvimento, todos os atores envolvidos na atividade turística apenas deveriam ser considerados bem sucedidos se as comunidades locais receptoras tivessem algum poder sobre ela e se os benefícios pudessem ser equitativamente divididos entre a comunidade (SCHEYVENS, 1999). Scheyvens e Friedmann desenvolveram um esquema exemplificando a situação de uma comunidade com ausência ou presença de empoderamento em quatro dimensões: psicológico, social, político (FRIEDMANN, 1992 *apud* SCHEYVENS, 1999) e econômico (SCHEYVENS, 1999). Posteriormente, Winkler (2012) acrescentou outras duas dimensões ao esquema: *ecological empowerment* e *visitor empowerment*. É importante citar que Brandão, Barbieri e

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

PROJETO METODOLÓGICO CONSÓRCIO METODOLÓGICO

Junior (2013) aplicaram um modelo desenvolvido pela Organização Mundial do Turismo - OMT para análise da sustentabilidade de comunidades indígenas em Roraima, que também poderão contribuir para esse constructo. O objetivo do esquema é verificar o quanto a comunidade local, em vários contextos, está sendo beneficiada pelo turismo em seus territórios. Segue no Quadro 1, uma síntese dessas seis dimensões.

	Sinais de Empoderamento	Sinais de ausência de Empoderamento
Empoderamento econômico	O turismo traz ganhos econômicos duradouros e são compartilhados entre muitas famílias na comunidade.	O turismo gera pouca renda e de forma sazonal. Poucas pessoas da comunidade tem oportunidade de auferir ganhos com a atividade.
Empoderamento psicológico	A autoestima de muitos membros da comunidade é melhorada por conta da valorização externa da sua cultura, dos seus recursos naturais e dos seus conhecimentos tradicionais. Mulheres e jovens também são valorizados e tem seu status melhorado na comunidade.	Muitas pessoas não têm sido beneficiadas com o turismo, mas podem enfrentar dificuldades pelo reduzido acesso aos recursos de uma área protegida. São, portanto, confusos, frustrados, desinteressados ou desiludido com a iniciativa.
Empoderamento social	O ecoturismo mantém ou melhora o equilíbrio da comunidade local. A coesão comunitária é melhorada à medida que indivíduos e famílias trabalham juntos para construir um empreendimento turístico bem-sucedido. Se constrói escolas, estradas e outras melhorias para a coletividade.	Desarmonia e decadência social. Muitos na comunidade assumem valores externos e perdem o respeito pelos valores tradicionais, pela cultura e pelos mais velhos. Grupos desfavorecidos como as mulheres são os que mais sofrem. Em vez de cooperar, indivíduos, famílias ou grupos étnicos competem entre si. Ressentimento e ciúme são comuns
Empoderamento político	Existe uma estrutura política da comunidade que é espaço e congrega necessidades e interesses de todos os grupos comunitários. Fornece um fórum através do qual as pessoas podem levantar questões relacionadas com o empreendimento.	A comunidade tem uma liderança autocrática e/ou de interesse próprio. As agências que iniciam ou implementam o empreendimento trata as comunidades como beneficiários passivos, não as envolvendo na tomada de decisões.
Empoderamento ecológico	É dada a devida importância ao meio ambiente na agenda da comunidade. Existem esforços de conservação e investimentos para melhorar o meio ambiente, a pureza e a biodiversidade.	Perda de diversidade biológica, ineficiência no uso dos recursos naturais. Degradações de solo. Queimadas. Desmatamentos. Má conservação de nascentes.
Empoderamento do Visitante	Turistas satisfeitos com o atendimento e serviços prestados. Existe o interesse dos turistas em aprender sobre a comunidade. A comunidade cria meios para educar o visitante sobre a cultura, crenças e valores locais.	Turistas desinteressados na comunidade e nas pessoas. O turista impõe superioridade de seus costumes.

Quadro 1: Esquema de empoderamento em seis dimensões.

Fonte: Adaptado de (FRIEDMAN, 1992; SCHEYVENS, 1999; WINKLER, 2012).

Para Irving (2009, p. 111), o TBC implica não apenas a leitura simplista de um “[...] grupo social desfavorecido que recebe “outsiders” curiosos e ávidos pelo exotismo em seu convívio cotidiano, para o aumento de sua renda e melhoria social, mas, antes de tudo, significa encontro e oportunidade de experiência compartilhada”.

O POVO PARESÍ DE UTIARITI

O contato do Povo Paresí com os não-índios acontecem a mais de trezentos anos. Segue trecho de Edgard Roquette Pinto de 1917, citando o sertanista Antônio Pires de Campos que esteve nessa região entre 1718 e 1723.

Era grande o reino dos Parecís. As suas águas, todas, acreditava o sertanista, corriam para o Norte. Os índios das chapadas, de numerosos, eram incontáveis ; num dia de caminhada, atravessavam-se 10 e 12 aldeias, algumas de 30 casas, de cerca de 40 passos de largura, « redondas de feição de um forno, mui altas. . . » Viviam de cultivar a terra para obter mandioca, milho e feijão, sem contar os ananazes, fornecedores de seus vinhos. Também cercavam o campo entre dois rios, e nesse terreno armavam seus fojos para apanhar veados, emas e outras caças. A ema, ainda hoje, é a peça nacional das partidas venatorias dos índios Parecís. Não era gente guerreira aquella ; antes primava em defender o que era seu do que em atacar o alheio. Suas armas, além do arco, da flecha, e de « folhas largas » de « madeira muito rija», a maneira de espadas, eram lanças pequenas de que usavam para defender as portinholas de suas casas, aberturas tão reduzidas de tamanho « que para se entrar, diz Antonio Pires, era necessário ser de gatinhas.

Esse longo contato com os não-índios resultou em uma certa fluência e adaptabilidade com as mudanças vindas do ambiente externo, porém mantendo fortes traços da cultura, das crenças e dos costumes de seu povo (CASTRAVECHI; PEREIRA, 2018). Além das diversas atividades econômicas praticadas pelos Paresís, iniciou-se em 2014 a atividade turística em uma de suas aldeias, a Wazare. Segundo o cacique dessa aldeia, a iniciativa surgiu da necessidade de disseminar a história e a cultura indígena aos não-índios. Além do turismo, a terra indígena Utiariti é repleta de belezas naturais e já recebeu turistas de mais de oito países. O ícone da região é o Salto Utiariti que possui uma queda d’água de mais de 85 metros de altura. Hoje, além de Wazare o turismo também é praticado pelas aldeias de Formoso, Quatro Cachoeiras, Salto da Mulher, Utiariti, Sacre II e Ponte de Pedra (FUNAI, 2019). O Povo Paresí tem uma longa história, costumes, crenças e hábitos que oportunamente poderão ser descritos com maior abrangência.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa será realizada por meio de estudos de múltiplos casos sendo a situação mais frequente nas pesquisas sociais (GIL, 2002). Uma das vantagens do estudo de caso é a sua flexibilidade, pois pode ser modificado por novas informações e constatações obtidas, por exemplo, durante a coleta dos dados (YIN, 2001). A abordagem será, preponderantemente, qualitativa e de objetivos de caráter exploratório-descritivo. A pesquisa qualitativa possui maior adesão aos objetivos deste trabalho por apresentar os seguintes aspectos: "apropriabilidade de métodos e teorias; perspectivas dos participantes e sua diversidade, reflexividade do pesquisador e da pesquisa e variedade de abordagens e métodos na pesquisa qualitativa" (FLICK, 2004, p. 20). O corte será transversal de julho a setembro de 2022, sem considerar a evolução dos dados no tempo. Os dados serão coletados de fontes primárias e secundárias. Os dados de fonte primária serão coletados pela primeira vez por meio de entrevistas e observação direta. Os de fonte secundária serão coletados por meio de sites oficiais, documentos e bibliografias científicas. O instrumento de coleta será a entrevista considerando as seguintes variáveis que nortearam a construção do instrumento de coleta de dados (Quadro 3).

Quadro 3 – Variáveis pesquisadas de empoderamento e desempoderamento.

Empoderamento Econômico (EN)

Empowerment		Disempowerment	
EEN1	O turismo traz ganhos econômicos regulares e duradouros que podem ser verificados por exemplo pela criação de melhorias físicas visíveis.	DEN1	O turismo gera pouca renda e de forma sazonal.
EEN2	A renda e benefícios são compartilhados entre muitas famílias na comunidade.	DEN2	Poucas pessoas da comunidade têm oportunidade de auferir ganhos com a atividade
EEN3	Oportunidades de emprego	DEN3	Monopolização da renda do turismo por elites locais com base no trabalho da comunidade.
EEN4	Oportunidades de criação de novos negócios como vendas de artesanatos, transporte, agenciamento etc.	DEN4	O turismo substituiu significativamente outras atividades produtivas e de subsistência.
EEN5	O turismo não causa impactos negativos significativos em outros modos de produção e subsistência.	DEN5	Agências e operadores de turismo locais possuem maior controle das atividades turísticas excluindo a comunidade das decisões e do compartilhamento da renda auferida com o turismo dentro do território.
		DEN6	Ausência de infraestruturas adequadas para o turismo, ou as que existem foram realizadas por agentes externos privados que acabam excluindo as comunidades locais.

Empoderamento Social (SO)

Empowerment		Disempowerment	
ESO1	Os residentes apoiam o turismo	DSO1	Desarmonia e decadência social. Muitos na comunidade assumem valores externos e perdem o respeito pelos valores tradicionais, pela cultura e pelos mais velhos. Grupos desfavorecidos como as mulheres são os que mais sofrem. Em vez de cooperar, indivíduos, famílias ou grupos étnicos competem entre si. Ressentimento e ciúme são comuns
ES02	Aumenta-se a coesão social entre os residentes por favorecer outros “negócios” como artesanato e feiras de camponeses.	DSO2	Falta de investimentos em capacitação
ES03	A coesão comunitária é melhorada à medida que indivíduos e famílias trabalham juntos para construir um empreendimento turístico bem-sucedido.	DSO3	A comunidade fica muito dependente das redes externas de apoio.
ES04	Se constroem escolas, estradas e outras melhorias para a coletividade.	DSO4	O mercado mina o vínculo comunitário promovendo o individualismo como regra exclusiva de participação.
ES05	São utilizadas ferramentas de trabalhos adequadas		
ES06	As casas possuem equipamentos úteis para a qualidade de vida como máquina de lavar, fogão, internet etc.		
ES07	O turismo favoreceu a elaboração do Etnozoneamento e diagnósticos dos recursos ambientais, fauna, flora, agropecuária, etc do território		
ES08	A comunidade possui um plano de atividades turísticas que consideram as particularidades da comunidade e do território.		
ES09	A comunidade tem relações de reciprocidade (cooperação) com <i>stakeholders</i>		
ES010	Investimento em capacitações para a atividade turística, capacitações em gestão e governança, inovação e liderança.		
ES011	O turismo tem contribuído para a busca por formação acadêmica de muitos na comunidade (educação).		
ES012	A tecnologia da informação e da comunicação é acessível para muitos e utilizada para o desenvolvimento do turismo e melhoria das capacidades.		
ES013	Possibilidade de acesso a recursos financeiros		
ES014	A comunidade consegue tempo excedente (surplus time) para outras		

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

PROJETO METODOLÓGICO CONSÓRCIO METODOLÓGICO

	atividades além daquelas para garantir os meios de subsistência.		
ES015	Possui acesso contínuo a informações que contribuem para o auto desenvolvimento, incluindo questões como melhores métodos de produção, melhores práticas de saneamento		
ES016	Propicia cuidados infantis, práticas de saúde padrão, serviços públicos disponíveis, mudanças nas configurações políticas e oportunidades de pagamento de salários.		
ES017	As redes sociais entre as famílias e aldeias ajudam a obter reciprocidade. A comunidade mantém intercâmbio com outras comunidades indígenas que praticam a atividade turística regularmente.		
ES018	O turismo diminuiu a saída dos indígenas para o meio urbano		
ES019	A comunidade se configura como o principal agente do negócio.		

Empoderamento Psicológico (PS)

Empowerment		Disempowerment	
EPS1	A autoestima de muitos membros da comunidade é melhorada por conta da valorização externa da sua cultura, dos seus recursos naturais e dos seus conhecimentos tradicionais.	DPS1	Muitas pessoas não têm sido beneficiadas com o turismo, mas podem enfrentar dificuldades pelo reduzido acesso aos recursos de uma área protegida. São, portanto, confusos, frustrados, desinteressados ou desiludido com a iniciativa
EPS2	Mulheres e jovens são valorizados e tem seu status melhorado na comunidade.	DPS2	A comunidade se sente constrangida em apresentar “produtos” que não condizem com seus valores culturais.
EPS3	Sentimento de poder assumir novos papéis em suas comunidades	DPS3	A comunidade não possui uma compreensão adequada sobre do que se trata o turismo sustentável e o turismo indígena.
		DPS4	O turismo gera frustração por conta da interferência dos turistas nos costumes locais ou perturbarem a relação entre a comunidade e a natureza.

Empoderamento Político (PO)

Empowerment		Disempowerment	
EPO1	Existe uma estrutura política da comunidade que é espaço e congrega necessidades e interesses de todos os grupos comunitários. As pessoas podem levantar questões relacionadas com o empreendimento e o futuro da comunidade.	DPO1	A comunidade tem uma liderança autocrática e/ou de interesse próprio. As agências que iniciam ou implementam o empreendimento trata as comunidades como beneficiários passivos, não as envolvendo na tomada de decisões.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

PROJETO METODOLÓGICO CONSÓRCIO METODOLÓGICO

EPO2	A voz da comunidade também alcança organizações sociais (sindicatos, movimentos, associações etc) maiores.	DPO2	A comunidade possui regime autoritário e não têm confiança ou oportunidades para participar na tomada de decisões
EPO3	A comunidade tem consciência de seus recursos que os habilita para tomada de decisões.	DPO3	Falta de participação e empenho dos líderes e anciãos na atividade turística
EPO4	A liderança da aldeia é forte e bem informada	DPO4	Exclusão dos jovens nas decisões da comunidade sobre o turismo
EPO5	Possui ambiente democrático que facilita a transferência de conhecimento e promove a liderança local.		
EPO6	Grupos da comunidade se auto-organizam para alcançar objetivos em conjunto (associações, grupos de trabalho, empresas etc).		

Empoderamento Ecológico (EC)

Empowerment		Disempowerment	
EEC1	É dada a devida importância ao meio ambiente na agenda da comunidade.	DEC1	Perda de diversidade biológica, ineficiência no uso dos recursos naturais. Degradações de solo, queimadas, desmatamentos, má conservação de nascentes. Uso não sustentável de recursos naturais, ou seja, extração de madeira, caça e lixo
EEC2	Existem esforços de conservação e investimentos para melhorar o meio ambiente, a pureza e a biodiversidade.	DEC2	Falta de controle do ecoturismo para a proteção do meio ambiente
EEC3	A comunidade promove a educação ambiental aos turistas. Compartilha a consciência ambiental.	DEC3	Falta de consciência sobre os impactos do turismo no meio ambiente e falta de know-how para mitigá-los
EEC4	Reabilitação de habitat para turismo, ou seja, reflorestamento, viveiros, pomares, brigadas de incêndio e monitoramento de áreas comuns		
EEC5	Área de conservação comunitária e monitoramento do meio ambiente		
EEC6	Atividades de ecoturismo de baixo impacto e existência de planos locais de gestão de ecoturismo e uso de ecoeficiência		

Empoderamento do Visitante (VI)

Empowerment		Disempowerment	
EVI1	Turistas satisfeitos com o atendimento e serviços prestados.	DVI1	Turistas desinteressados na comunidade e nas pessoas. O turista impõe superioridade de seus costumes.
EVI2	Existe o interesse dos turistas em aprender sobre a comunidade.	DVI2	Turistas não possuem consciência ambiental e desrespeitam a flora e a fauna local

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

PROJETO METODOLÓGICO CONSÓRCIO METODOLÓGICO

EVI3	A comunidade cria meios para educar o visitante sobre a cultura, crenças e valores locais.		
EVI4	Os visitantes são habituais (voltam a visitar o local)		
EVI5	Os indígenas afirmam suas identidades e valorizam a sua cultura e a sua resistência à dominação perante os turistas (educa o turista).		

Empoderamento Territorial (TE)

Empowerment		Disempowerment	
ETE1	A atividade turística tem cooperado na diminuição das invasões no território (Goulart, 2020)	DTE1	Pessoas entram no território para usufruir do ecoturismo sem a autorização da comunidade (o turismo passou a atrair mais invasores).

Fonte: Friedman (1992); Scheyvens (1999); Sofield (2003); Wallace e Russell (2004); Cole (2006); Weaver (2009); Ruiz-Ballesteros e Ramírez (2010); Farelly (2011); Ramos, Adrian Mendoza (2014); Winkler (2014); Strzelecka, Marianna et al (2017); Purnomo, Singgih et al (2020).

O estudo será realizado com o Povo Paresí, habitantes da terra Indígena Utiariti que está localizada ao noroeste do Mato Grosso nas cidades de Campo Novo dos Parecis e Sapezal. Participarão da pesquisa as aldeias que de certa forma possuem independência e liberdade em suas ações, a saber: Wazare, Formoso, Quatro Cachoeiras, Salto da Mulher, Sacre II e Ponte de Pedra.

A população pesquisada envolverá aproximadamente 100 indígenas divididos entre aqueles que estão diretamente envolvidos com a atividade turística e aqueles que não participam do turismo, mas que podem estar sendo impactados pela atividade (Quadro 4).

Quadro 4 – População Pesquisada

Comunidades indígenas povo Paresí	Chefes ou Conselho	Mulheres	Homens	Trabalham com o Turismo?
Comunidade 1	n	n	n	SIM/NÃO
Comunidade 2				
n				
TOTAL				

Fonte: Dados extraídos das entrevistas.

Para cada objetivo específico proposto, serão empregados os seguintes instrumentos de pesquisa, conforme o Quadro 5.

Quadro 5: Instrumentos de pesquisa a serem utilizados em cada fase da pesquisa.

Etapas/Objetivos específicos	Instrumentos
1. Descrever sobre o turismo indígena no Brasil;	Revisão da literatura e pesquisa bibliométrica
2. Caracterizar os serviços e produtos turísticos ofertados pelas comunidades ou em seus territórios, bem como as atividades executadas pelos indígenas;	Observação direta Entrevista Análise documental
3. Identificar e analisar o papel dos atores externos envolvidos na atividade.	Entrevista Análise documental Observação direta
4. Detectar o quanto o turismo indígena está gerando empoderamento das comunidades indígenas que o praticam.	Entrevistas Observação direta Instrumentos de pesquisas participativos

Outrossim, é possível a utilização de outros instrumentos que facilitem e estimulem a participação das comunidades indígenas na própria condução da pesquisa. As informações levantadas nas entrevistas serão tratadas meio da análise de conteúdo, desenvolvido por Bardin (2011), e auxiliado pela utilização do software NVivo.

Principais dificuldades encontradas

A estratégia de estudo de múltiplos casos bem como as entrevistas em profundidade e a observação direta foram escolhidas para dar flexibilidade ao pesquisador, uma vez que já se conhece a dificuldade que haverá para a maioria dos pesquisados em responder questionários/formulários com respostas objetivas, maior dificuldade ainda em graduar as respostas em escalas do tipo *likert*. Contudo, não queremos uma pesquisa superficial, estereotipada muitas vezes como fraca metodologicamente tanto por ser qualitativa assim como por ser um estudo de caso.

Pretendo entrevistar um número importante de pessoas, evitando apenas as lideranças. Nesse caso posso obter um número considerável de entrevistas para transcrever e analisar. O problema é que as variáveis são extensas, como pode ser observado no Quadro 3.

Como entrevistar uma pessoa com o intuito de se obter o máximo de informações (que é o nosso caso) sem se valer de inúmeras perguntas e sem ser exaustivo? Seria o instrumento História de Vida uma estratégia interessante? Que tipo de habilidade e cuidados o pesquisador deve possuir? Criei um roteiro (apenas para o pesquisador) com “poucas perguntas” ANEXO I, seria esse um caminho?

Some-se a isso os registros das observações diretas.

Devo utilizar diário de campo?

Para a análise dos resultados, pretendo aplicar a Análise de conteúdo de Bardin com o auxílio de alguma ferramenta como NVivo.

Haveria um caminho melhor?

É possível depois de elaborada as análises de conteúdo, incluir alguma informação estatística confiável? Ou é desnecessário?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**– vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em 15/09/2019.

ALVES, A. F.; GUIVANT, J. S. Redes e interconexões: desafios para a construção da agricultura sustentável. **Revista Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.7, n.1, p. 01-27, jan./jul. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2010v7n1p1/13058>. Acesso em 13/08/2020.

ARENHART A.; FONTANA R. de F. Reflexões sobre o Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Turismo e Sociedade**. Curitiba, v. 12, n. 3, p. 139-157, setembro-dezembro de 2019. (ISSN: 1983-5442).

AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismo de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; BARROSO-HOFFMAN, Maria (Org.) Etnodesenvolvimento e políticas públicas, bases para uma nova política indigenista, Rio de Janeiro: LACED, 2002,157p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETTO, Margarita. Turismo étnico y tradiciones inventadas. **El encuentro de el turismo com el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación**. SANTANA TALAVERA, Agustin; PRATS CANALS, Llorenç, organizadores. Sevilla, Fundación el Monte/Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español. 2005. p. 39-56

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

PROJETO METODOLÓGICO

CONSÓRCIO METODOLÓGICO

BARTHOLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras** / Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyrn, organizadores. – Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. P. 45- 54.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 2ª Ed. São Paulo SP: Editora Ática, 1991.

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRANDÃO, C. N; BARBIERI, J. C. et al. Análise da produção científica internacional sobre turismo indígena de 1990 a 2013: um estudo bibliométrico e proposição de uma agenda de pesquisa. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. ISSN 1695-7121. Vol. 12 N.o 4. Págs. 673-684. 2014.

BRANDÃO, C. do N.; BARBIERI, J. C.; JUNIOR, E. R. Análise dos impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais do turismo indígena: estudo multicasos em comunidades indígenas de Roraima. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo. 9(2), pp. 500-518, maio/ago. 2015.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXII – No 2 – Abr./Maio/Jun. 2013. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/311/259>. Acesso em 15/09/2019.

BUTLER Richard; HINCH Tom. **Tourism end indigenous peoples: issues and implications**. Oxford, UK: Elsevier, 2007.

CANDIOTTO, L. Z. P. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. **Revista de cultura e turismo - CULTUR**, ano 07 - nº 02 - Jun/2013. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/320/327>. Acesso em: 01/09/2020.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural sustentável**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf. Acesso em 21/09/2019.

CASTRAVECHI, L. A. PEREIRA, W. A. G. Turismo indígena em campo novo dos parecis, mato grosso: uma análise da preservação cultural e histórica dos Paresí. **Revista Ateliê do Turismo**. (ISSN: 2594-8407).Campo Grande,MS, v. 2, n. 1, p.119-146, jan-jun.2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 5ª ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2013.

CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. Issn 2317-5443, DOI: 10.7867/2317-5443.2013V1N1P095-111. Blumenau, 1 (1), P. 95-111, OUTONO DE 2013. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3650>. Acesso em 27/09/2019.

FAVARETO, Arilson. Empreendedorismo e dinamização dos territórios de baixa densidade empresarial – uma abordagem sociológica e econômica. **Revista Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, n°s 01 e 02, p. 32–44, jan./dez. 2005. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_55.pdf. Acesso em 25/09/2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª Ed. Porto Alegre: Arned, 2004.

FUNAI. **Turismo Paresí atrai estrangeiros e se consolida como atividade sustentável no Mato Grosso**. De: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5301-turismo-paresi-atrai-estrangeiros-e-se-consolida-como-atividade-sustentavel-no-mato-grosso>. 22/03/2019.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ, M. M. ¿Etnoturismo o turismo indígena? **Revista Teoría y Praxis**. Vol 5 (2008: 123-136). Disponível em: <http://www.teoriaypraxis.uqroo.mx/doctos/Numero5/Morales.pdf>

GRAZIANO, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados** 15 (43), São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005. Acesso em 07/10/2019.

GRAZIANO, J. da S.; GROSSI, M. E. Del. Movimento recente da agricultura familiar. **Projeto Urbano**. Universidade de Brasília. Brasília - DF. Apresentação com presença de debatedor. Desenvolvimento Territorial e Ruralidade, 2012. disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/148313/files/745.pdf>.

IBGE (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico 2010: Características gerais dos indígenas – Resultados do Universo. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

PROJETO METODOLÓGICO

CONSÓRCIO METODOLÓGICO

IRVING, M. de A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?** Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras / Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn, organizadores. – Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. P. 108-121.

KAGEYAMA, A. A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702/4887>. Acesso em 12/09/2019.

MALDONADO, Carlos. **O turismo rural comunitário na américa latina gênese, características e políticas.** Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras / Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn, organizadores. – Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de base comunitária no brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. **Turismo em análise**. Vol. 24 nº 1, abril 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/64176/66863>.

PEREIRO, Xerardo. Los efectos del turismo en las culturas indígenas de América Latina. **Revista Española de Antropología Americana**. 2013, vol. 43, núm. 1, 155-174. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5209/rev_REAA.2013.v43.n1.42308.

_____. Reflexión antropológica sobre el turismo indígena. **Revista Desacatos**. 47 4 enero-abril 2015, pp. 18-35 4. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255436/mod_resource/content/3/Reflexi%C3%B3n%20antropol%C3%B3gica%20sobre%20el%20turismo%20ind%C3%ADgena.pdf.

PINTO, E. R. **Rondônia**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, Arquivos do Museu Nacional, 1917.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. 11. ed. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

SACHS, Jeffrey. **A era do desenvolvimento sustentável**. Editora Leya: Portugal, 2017.

SAMPAIO, C. A. C. Turismo como Fenômeno Humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Turismo em Análise**, v. 18, n. 2, p. 148-165, novembro 2007. P. 148-165. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/62595/65383>. Acesso em 09/10/2019.

SCHEYVENS, Regina. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism Management** 20 (1999) 245—249. Disponível em:

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

PROJETO METODOLÓGICO

CONSÓRCIO METODOLÓGICO

https://www.researchgate.net/publication/223109664_Ecotourism_and_the_Empowerment_of_Local_Communities. Acesso em 12/09/2019.

_____. **Tourism and poverty**. Oxfordshire, UK: Taylor & Francis e-Library, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**. Vol. 18 nº. 51. fevereiro/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>. Acesso em: 03/08/2020.

SILVA, A. de A. Territorialidades e identidade do coletivo Kawahib da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “orevaki are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”. Tese de Doutorado em Geografia. Curitiba, 2010, 301 p.

SILVA, N. L. S da. **Estudo da sustentabilidade e de indicadores de desenvolvimento rural**. Maringá, 2007. 271 p. Orientador: Prof.Dr. Osvaldo Hidalgo da Silva. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, 2007.

SOUZA, M; KLEIN, A. L. Rural, Ruralidade, pluriatividade e multifuncionalidade do desenvolvimento rural. In: SOUZA, M.; DOLCI, T. S. (Orgs). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. p. 9-22.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, v. 84, p.11-44, 1985.

STRAUSS, Claude Lévi. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

VÁZQUEZ, B. A. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, núm. 11, 2007, pp. 183-210 Asociación Española de Ciencia Regional Madrid, España Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/289/28901109.pdf>. Acesso em 28/06/2017

ZAOUAL, Hassan. **Do turismo de massa ao turismo situado quais as transições?** Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras / Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn, organizadores. – Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009

ZONIN, W. J *et al*. **Ética, meio ambiente e desenvolvimento rural: questões que desafiam as ciências agrárias no Brasil**. Ciências agrárias: ética do cuidado, legislação

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

PROJETO METODOLÓGICO

CONSÓRCIO METODOLÓGICO

e tecnologia na agropecuária / Organizado por Maximiliane Alavarse Zambom et al – Marechal Cândido Rondon, 2017.

WINKLER, Thomas. **Ecotourismas Community Development Tool: Development of an Evaluation Framework**. 2012. 106 f. Thesis (Master thesis within the Joint Degree Master in Sustainable Development). University of Graz Karl-Franzens-Universität. Graz, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO I

INSTRUMENTO PESQUISA EMPOWERMENT/DISEMPOWERMENT

Dimensões de Empoderamento		Sigla	Nº questões
1	Econômico	EN	3
2	Social	SO	4
3	Psicológico	PS	2
4	Político	PO	3
5	Ecológico	EC	4
6	Visitante	VI	3
7	Territorial	TE	1
Total			20

Fontes: Friedman (1992); Scheyvens (1999); Sofield (2003); Wallace e Russell (2004); Cole (2006); Weaver (2009); Ruiz-Ballesteros e Ramírez (2010); Farelly (2011); Ramos, Adrian Mendoza (2014); Winkler (2014); Strzelecka, Marianna et al (2017); Purnomo, Singgih et al (2020).

Empoderamento Econômico (EN)

1. A renda do turismo é dividida de maneira justa? Como é feito?
2. Você pode contar com a renda do turismo? Ela é regular e duradoura?
3. É melhor se dedicar apenas ao turismo do que às demais atividades?

Empoderamento Social (SO)

1. Quais as melhorias percebidas na comunidade depois da implantação do turismo?
2. Você acha que o turismo uniu mais ou desuniu a comunidade? Por que?
3. Você acha que o turismo trouxe mais capacitações profissionais, treinamentos do que antes? As pessoas estão mais capacitadas?
4. Você percebeu se menos pessoas, principalmente os jovens, tem deixado menos as aldeias depois do turismo?

Empoderamento Psicológico (PS)

1. Você se sente orgulhosa(o) e valorizada(o) ao receber turistas para conhecer a vossa cultura e costumes? Por que?

2. Você acha que as mulheres e os jovens passaram a ser mais valorizados com o turismo? De que maneira?

Empoderamento Político (PO)

1. Você pode opinar e ajudar a decidir sobre o turismo na aldeia? O líder é aberto às sugestões?
2. Você acha que a maioria das pessoas tem capacidade para opinar e decidir? São bem informadas sobre a atividade?
3. Alguma associação ou grupos de trabalhos foram criados após a implantação do turismo?

Empoderamento Ecológico (EC)

1. Você passou a valorizar mais os recursos naturais da TI com o Turismo? Como?
2. Existem projetos de conservação, proteção ou reabilitação do meio ambiente?
3. Como você vê a ligação do meio ambiente e do turismo?
4. Você cuida para que os turistas tenham um comportamento positivo em relação ao meio ambiente?

Empoderamento do Visitante (VI)

1. Você se preocupa com a satisfação dos visitantes? Como?
2. Você busca “educar” o turista no sentido de respeitar as vossas crenças, costumes e recursos naturais? Como?
3. Você acha que os turistas estão interessados na cultura indígena?

Empoderamento Territorial (TE)

1. Você acredita que as invasões e pressões sobre a Terra Indígena diminuiram com a atividade turística? Como?